

Informação é arma para ecologistas, conclui seminário

Da Reportagem Local

A nova Constituição brasileira deverá garantir à população o acesso à informação, para que possa atuar em defesa do meio ambiente. Esta foi uma das conclusões do 1º Seminário Internacional da Sociedade de Estudos Constitucionais, realizado ontem no São Paulo Hilton Hotel (zona central), e que abordou o tema "Constituinte e Meio Ambiente". Para o presidente da Sociedade, sociólogo e candidato à reeleição para o Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), a quem coube sintetizar as sete palestras realizadas, em conclusões adaptadas à realidade brasileira, "é preferível que o texto de nossa lei não seja tão perfeito, mas que dê liberdade à sociedade para que se organize



eficazmente em favor da ecologia". O governador de São Paulo, Franco Montoro, ao final do encontro, disse que a lei é importante, mas que "quem a faz é o povo".

Cardoso citou como exemplo de lei bem feita, mas não obedecida em sua totalidade, a Constituição portuguesa de 1976. Segundo o biofísico, arquiteto, candidato deputado pelo Congresso constituinte, ex-ministro do Meio Ambiente e presidente do Partido Monarquista de Portugal (que

divide com o Partido Comunista as facções verdes do país), Gonçalo Ribeiro Telles, que falou à tarde, "a lei de 76 foi um avanço, mas ficou no papel e agora deverá ser complementada com um código do meio ambiente, que será votado nos próximos dias". A legislação portuguesa dá à população direito a um ambiente sadio e equilibrado.

"Nossa lei é entendida pela população que mais sofre com as transgressões ao meio ambiente, mas não é cumprida", disse Gonçalo, um ecodesenvolvimentista que defende no Brasil, como há em Portugal, a criação da ecologia urbana. "É um ecossistema tão real quanto os outros." Para o alemão Elmar Roempczyk (RFA), sociólogo e consultor de Política do Meio Ambiente do Partido Social Democrata, a inclusão do meio ambiente na Constituição deve prever três fatores: a estrutura política e de administração pública do país, como garantir a participação da população na tomada de decisões e a maneira de vincular o meio ambiente ao desenvolvimento econômico. O sociólogo alemão, que viveu quatro anos no Peru, afirmou que de cinco a oito milhões de pessoas participam de movimentos ecológicos na Alemanha Ocidental, onde o Partido Verde possui 25 mil filiados.

Estes movimentos conseguiram quantificar as perdas ecológicas do país em 100 bilhões de marcos (Cz\$ 670 bilhões) anuais e, só em bosques, 200 bilhões de marcos (Cz\$ 1 trilhão 340 bilhões) de prejuízos acumulados. Ao mesmo tempo, em função da importância da preservação ecológica, o Estado e empresas privadas conseguiram que linhas de crédito fossem abertas, num total de 200 bilhões de marcos, para as indústrias alternativas que oferecem atualmente 400 mil empregos. "Não há discrepância entre ecologia e economia. A vinculação de ambas é possível." O geólogo Amílcar Oscar Hereira, diretor do Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, alertou que não pode haver equilíbrio entre sociedade e meio ambiente se a própria sociedade não estiver em consonância.

"Tem que haver equilíbrio entre o rico, que destrói para lucrar, e o pobre, que destrói para sobreviver", disse. "A Constituição tem que tocar no âmbito das relações sociais." Para ele, o Brasil possui uma combinação única no mundo em recursos naturais e será protagonista, num futuro próximo, das decisões mundiais. Em palestras distintas, tanto o candidato a deputado pelo Congresso constituinte (PMDB-SP), advogado e ecologista Fábio Feldman, como o geólogo Aziz Ab'Saber criticaram o tratamento à ecologia dado pelo anteprojeto constitucional elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.



Ecologistas e representantes da região dirigem-se de barco à Ilha do Cardoso

Especialistas debatem problemas do meio ambiente no litoral sul

Do enviado especial
à Ilha do Cardoso

—formado por 25 pessoas—, que se reuniu no hotel Glória.

Novas perspectivas

Dois dos representantes estrangeiros que participaram do seminário sobre "Constituinte e Meio Ambiente" visitaram, no último fim-de-semana, a Ilha do Cardoso, no município de Cananéia (258 km ao sul de São Paulo), e parte da região de Iguape-Cananéia, que tem cerca de dois mil quilômetros quadrados e detém 4% dos 5% restantes da floresta nativa do Estado. "Um parque como este deve continuar livre de homens inescrupulosos", disse o sociólogo alemão Elmar Roempczyk, 42. O deputado português do Partido Popular Monárquico, Gonçalo Ribeiro Telles, 64, relacionou as questões ambientais entre seu país e o local que estava visitando: "O problema é exatamente o mesmo que temos em Portugal. A dimensão é outra, mas a gravidade é a mesma."

Os dois visitantes, acompanhados de ecologistas, ambientalistas e paisagistas, participaram na tarde de sábado de um debate, ainda em Cananéia, em que lideranças comunitárias denunciaram uma série de agressões ao meio ambiente local. A especulação imobiliária, os grandes projetos agropecuários e industriais, "a corrupção" e a falta de informação sistemática nas escolas foram as queixas apresentadas ao grupo

Roempczyk disse que a experiência local "abre novas perspectivas para discussões em outros lugares, especialmente na região amazônica". Na ilha, a vinte minutos do continente (por barco), Roempczyk afirmou que "não existe uma possibilidade de frear a corrupção com lei". Para ele, a solução seria adotar "políticas conscientes". O sociólogo alemão afirmou ainda que a causa principal das agressões ambientais em países do Terceiro Mundo não é a corrupção, mas "a ideologia do desenvolvimento".

As discussões sobre o meio ambiente foram interrompidas, no final da tarde de sábado, devido às condições da maré, que impediam a travessia. Instalados no alojamento do Centro Estadual de Pesquisa Aplicada dos Recursos Naturais, órgão da Secretaria Estadual da Agricultura, os visitantes reuniram-se à noite para novas discussões. Na manhã de domingo, apesar do tempo nublado, botos nadaram nas águas do canal. Hoje, os visitantes deverão conhecer a represa Billings (zona sudeste da Grande São Paulo) e o distrito de Samaritá, em Cubatão, município da Baixada Santista a 55 km de São Paulo.